



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Tipo de Auditoria	:	Acompanhamento de Gestão
Exercício	:	2010/2011
Unidade Auditada	:	Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAD)
Assunto	:	Efetuar auditoria no processo de licitação - Concorrência nº 02/2008 - construção do campus Rondonópolis.

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº 09 - 2011

Senhor Pró-Reitor,

Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) referente ao exercício de 2010, apresentamos o Relatório de Auditoria de Acompanhamento.

I - Escopo do Trabalho

2. Este trabalho foi realizado de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal.

3. Não foram impostas restrições aos trabalhos.

4. As informações se referem ao acompanhamento do processo analisado no 1º semestre do ano de 2010 e foram extraídas dos seguintes processos:

- 4.1.) Processo nº 23049.006541/2008-21;
- 4.2.) Processo nº 23049.008110/2008-54;
- 4.3.) Processo nº 23049.007954/2008-17;
- 4.4.) Processo nº 23049.008755/2008-18;
- 4.5.) Processo nº 23049.009010/2008-53;
- 4.6.) Processo nº 23049.003128/2009-32;
- 4.7.) Processo nº 23049.052387/2009-37;
- 4.8.) Processo nº 23049.003354/2009-37;
- 4.9.) Processo nº 23049.004226/2009-27;



UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

- 4.10.) Processo nº 23049.049116/2209-83;
- 4.11.) Processo nº 23049.049937/2009-97;
- 4.12.) Processo nº 23049.051349/2009-08;
- 4.13.) Processo nº 23049.053611/2009-27;
- 4.14.) Processo nº 23049.054760/2009-89;
- 4.15.) Processo nº 23049.055510/2009-23;
- 4.16.) Processo nº 23049.056974/2009-86;
- 4.17.) Processo nº 23194.002632/2010-63;
- 4.18.) Processo nº 23194.004384/2010-95;
- 4.19.) Processo nº 23049.052388/2009-49;
- 4.20.) Processo nº 23194.000752/2010-96;
- 4.21.) Processo nº 23188.000494/2010-67;
- 4.22.) Processo nº 23194.002935/2010-86;
- 4.23.) Processo nº 23188.003046/2010-15;
- 4.24.) Processo nº 23049.056975/2009-98;
- 4.25.) Processo nº 23194.002328/2010-16;
- 4.26.) Processo nº 23188.002116/2010-18;
- 4.27.) Processo nº 23188.002480/2010-88;
- 4.28.) Processo nº 23188.002438/2010-67;
- 4.29.) Processo nº 23188.002816/2010-11;
- 4.30.) Processo nº 23188.002822/2010-60.

II - Resultado dos Exames

Após análise, constatamos as seguintes impropriedades:

5. Realização de aditivos contratuais apenas com o parecer favorável da Comissão de Licitação, mas sem a autorização prévia do ordenador da despesa:

- Processo nº 23194.002935/2010-86 - Termo Aditivo nº 02/2010;
- Processo nº 23188.002438/2010-67 - Termo Aditivo nº 06/2010;
- Processo nº 23188.002816/2010-11 - Termo Aditivo nº 07/2010;
- Processo nº 23188.002822/2010-60 - Termo Aditivo nº 08/2010.

6. Pagamentos e aditivos contratuais formalizados sem a devida comprovação de regularidade fiscal:

- Processo nº 23188.002438/2010-67;
- Processo nº 23188.003046/2010-15;
- Processo nº 23194.002328/2010-16;
- Processo nº 23188.002480/2010-88;
- Processo nº 23188.002816/2010-11;
- Processo nº 23188.002822/2010-60;
- Processo nº 23194.002935/2010-86;
- Processo nº 23188.002438/2010-67;
- Processo nº 23188.003046/2010-15.



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

7. Termo aditivo nº 01/2011 publicado no DOU de 18.01.2011 sem que tenham sido juntados aos autos a solicitação de prorrogação, parecer da Comissão de Fiscalização, autorização do ordenador da despesa e Termo Aditivo assinado pelas partes.

8. Impropriedades na formalização dos processos, com:

- números de páginas incorretos e fora da ordem:
 - numeração incorreta após fls. 1.141 até fls. 1.146;
 - após fls. 1.355 a numeração volta para nº 1.336;
 - duas folhas numeradas com nº 1.392.
- ausência de páginas: fls. 1.142 a 1.145, 1.173, 1.255 a 1.257, 1.393, 1.414;
- existência de dois processos com repetição de diversos documentos sobre o mesmo assunto: Processo nº 23194.002935/2010-86 e Processo nº 23188.002328/2010-16 (Termo Aditivo nº 02/2010);
 - existência de duas vias do mesmo processo: Processo nº 23049.053611/2009-27 (7ª medição); Processo nº 23188.003046/2010-15 (16ª medição).

9. Ausência de inserção de dados relativos aos aditivos contratuais no SIMEC, constando até o momento apenas um aditivo contratual.

10. Ausência de boletim de medição do responsável pela fiscalização detalhando os serviços que foram executados, sendo os serviços atestados apenas com base nas notas fiscais apresentadas pela contratada.

- Processo nº 21888.000494/2010-67

11. Ausência de identificação da assinatura que se encontra no ateste no verso da Nota Fiscal nº 14 (fls. 1.435).

12. Encaminhamento de nota fiscal para pagamento de diversos serviços realizados com fundamento na autorização contida no Termo Aditivo nº 02/2010 (Processos nº 23194.002935/2010-86 e 23194.002328/2010-16) apenas 15 dias após a assinatura do referido instrumento contratual, prazo insuficiente para realização de todos os serviços.

- Processo nº 23194.002935/2010-86 e Processo nº 23194.002328/2010-16

13. Assinatura do Termo Aditivo nº 02/2010, de valor e de prorrogação de prazo, após o vencimento da vigência do Contrato nº 33/2008.

14. Ausência de inserção de cópia da publicação do Extrato de Termo Aditivo nº 02/2010.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

15. Assinatura do Termo Aditivo nº 03/2010, com a prorrogação de prazo mais longa do que o solicitado pela contratada, uma vez que no dia 29/03/2010 (fls. 1.446) foi feita solicitação de prorrogação de 120 dias, tendo sido feito Termo Aditivo nº 02/2010 com prazo de vigência até 08/05/2010 (fls. 1.449), e posteriormente assinado o Termo Aditivo nº 03/2010 com data de vigência até 05/09/2010, conforme quadro abaixo:

PROCESSOS ADITIVOS DE PRAZO					
	NÚMERO PROCESSO	DATA SOLICITAÇÃO	DATA ADITIVO	DATA VIGÊNCIA	
				ANTERIOR	ATUAL
Termo aditivo 002/2010	23194.002935/2010-86	29/03/10	29/03/10	08/01/10	08/05/10
Termo aditivo 002/2010	23194.002328/2010-16	29/03/10	29/03/10	08/01/10	08/05/10

- Processo nº 23188.003046/2010-15

16. Existência de diferenças entre o percentual do item executado que consta no SIMEC e o percentual do item executado que consta da Planilha de medição encaminhada pela contratada (fls. 1.458) e que foi pago pela contratante, conforme segue:

ITEM DA OBRA	% DO ITEM EXECUTADO ó SIMEC	% DO ITEM EXECUTADO ó PLANILHA MEDIÇÃO
Urbanização	0%	100%
Revestimentos	85%	100%
Pintura	82%	100%

- Processo nº 23188.002438/2010-67

17. Realização de serviços não previstos no contrato sem que haja assinatura do Termo Aditivo nº 06/2010 e prévio empenho:

Solicitação de aditivo	Parecer da Comissão de Fiscalização	Termo Aditivo nº 06/2010	Emissão da Nota Fiscal nº 27	Emissão da Nota de Empenho 2010NE900401	Emissão na Nota de Ordem Bancária
14/10/2010 (fls. 1.521)	05/11/2010 (fls. 1.527)	16/11/2010 (fls. 1.529/1.530)	14/10/2010 (fls. 1.531)	16/11/10 (fls. 1.530)	22/11/10 (fls. 1.541)



UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

- Processo nº 23188.002480/2010-88

18. Solicitação de prorrogação de contrato pela contratada, constando relato de paralisação da execução da obra, falha no projeto básico e inúmeras solicitações de informações protocoladas (fls. 1.507) sem que constem dos autos providências quanto aos fatos relatados.

19. Assinatura do Termo Aditivo nº 05/2010 em 26/10/2010 (fls. 1.517), após o vencimento da vigência do Contrato, conforme Termo Aditivo nº 04/2010, que estabelecia a vigência até 20/10/2010 (fls. 1.503).

- Processo nº 23188.002822/2010-60

20. Realização de acréscimo por meio do Termo Aditivo nº 08/2010 (fls. 1.564) que ultrapassa o limite de 25% do valor inicial, em desacordo com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 .

VALOR INICIAL	LIMITE LEGAL 25%	VALOR INICIAL + LIMITE LEGAL	VALOR TOTAL APÓS ADITIVO	DIFERENÇA ENTRE LIMITE LEGAL E VALOR TOTAL
R\$ 3.177.106,95	R\$ 794.276,73	R\$ 3.971.383,68	R\$ 3.972.353,49	R\$ 969,81

21. Ausência de assinatura do Termo Aditivo nº 08/2010 pelo representante da contratada ou seu procurador, cuja procuração ainda era válida na data do contrato (procuração a fls. 1.501).

22. Publicação do Extrato de Termo Aditivo 08/2010 no Diário Oficial da União sem que tenha sido previamente providenciada a assinatura do Termo Aditivo (fls. 1.569).

- Processo nº 23188.002816/2010-11

23. Ausência de inclusão nos autos do Termo de Recebimento provisório, apesar da solicitação da contratada (fls. 1.547). O sr. José Luis Malheiros de Oliveira, membro da Comissão Permanente de Fiscalização e Recebimento de Obras, informou que houve o recebimento provisório da obra em fevereiro/2011, e que estão providenciando a inclusão da declaração no processo.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

24. Recomendações:

Diante dos fatos constatados, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, Portaria Normativa/SLTI/MPOG Nº 05/2002 e demais legislações aplicáveis, recomendamos:

24.1. Abster-se de realizar aditivos contratuais sem autorização prévia do ordenador da despesa.

24.2. Proceder ao pagamento ou a realização de aditivos contratuais apenas após a comprovação de regularidade fiscal.

24.3. Juntar aos autos o Termo Aditivo nº 01/2011 bem como o processo com documentos que deram origem ao referido instrumento contratual.

24.4. Formalizar adequadamente os processos com:

- numeração correta das páginas;
- inclusão de todas as páginas nos autos;
- abertura de um só processo para tratar do mesmo assunto, com inclusão de todos os documentos a ele referentes.

24.5. Inserir no SIMEC os dados relativos a todos os aditivos contratuais.

24.6. Identificar as assinaturas constantes dos documentos e formulários.

24.7. Abster-se de autorizar a realização de serviços não previstos no contrato antes da realização de termo aditivo e sem prévio empenho.

24.8. Abster-se de realizar aditivo com prazo de início de vigência retroativo.

24.9. Juntar cópia da publicação do Extrato de Termo Aditivo nº 02/2010.

24.10. Abster-se de prorrogar a vigência de contratos por prazo mais longo do que o solicitado pela contratada.

24.11. Justificar a existência de diferenças entre os dados referentes ao percentual do item executado que constam do SIMEC e o que foi efetivamente pago.

24.12. Abster-se de efetuar pagamentos sem boletim de medição do responsável pela fiscalização.

24.13. Apurar os fatos que ensejaram a paralisação da execução da obra citada na solicitação de prorrogação de contrato que consta nos autos do Processo nº 23188.002480/2010-88.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

24.14. Abster-se de assinar aditivos após o vencimento da vigência do contrato.

24.15. Abster-se de realizar acréscimo contratual que ultrapasse o limite de 25% do valor inicial.

24.16. Refazer os cálculos visando a apuração de valores pagos indevidamente à contratada, em razão do acréscimo contratual que ultrapassou o limite de 25% do valor inicial (Termo Aditivo nº 08/2010); após, que adote as medidas necessárias ao ressarcimento dos valores citados.

24.17. Providenciar a assinatura do Termo Aditivo nº 08/2010 pelo representante da contratada ou seu procurador, anexando aos autos nova procuração, em razão de ter expirado o prazo de validade da que consta nos autos (fls. 1.501).

24.18. Abster-se de publicar o extrato de termo aditivo sem prévia assinatura do instrumento contratual.

24.19. Providenciar a juntada aos autos do comprovante de realização de entrega provisória da obra.

24.20. Apresentar a comprovação da resolução das pendências e adequações necessárias à entrega da obra citadas no documento de fls. 1.547.

III - Conclusão

Considerando as falhas detectadas e explanadas, solicitamos a adoção das providências necessárias, com fins ao saneamento dos itens 26.1 a 26.23, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento deste relatório.

Solicitamos adotar providências necessárias, para saneamento dos demais itens nos processos licitatórios em andamento e a serem realizados futuramente.

É o relatório.

Cuiabá, 28 de março de 2011.